

## A REPETIÇÃO UMA DISCUSSÃO SOBRE SUAS BASES FILOSÓFICAS, CULTURAIS E TEXTUAIS

*Kilpatrick M. B. Campelo* (UECE)

### RESUMO

Esse artigo analisa de que forma a validade coesiva e estilística da repetição para a produção textual escrita é avaliada em compêndios gramaticais e manuais de redação. Ele também leva em consideração questões relativas à lingüística textual e à filosofia. Observações concernentes às últimas áreas do conhecimento guiam a crítica de gramáticas e manuais de redação. O fenômeno da repetição, em nossa opinião, não foi suficientemente esclarecido. Nosso intuito é discutir as possíveis bases epistemológicas fundadoras da concepção tradicional de análise e avaliação da repetição. Com relação à repetição na modalidade oral, não fizemos nenhuma consideração.

#### 1. A repetição a respeito da repetição.

A repetição, tradicionalmente, é avaliada como uma espécie de insuficiência. Trata-se de um déficit textual, dado que importa, para a constituição equilibrada de um texto, um uso mínimo de formas repetidas. Tal tese supõe que o provimento de um texto com um teor informacional elevado será feito por meio de uma codificação lingüística que apresente maior especificidade formal, em especial, lexical. Por outras palavras, um texto se define como expressivo quanto maior for o emprego de palavras que refriram, de forma específica e especial – se possível –, o tema a ser tratado. A redundância representa, enfim, um sinal claro e evidente de carência argumentativa, ou, em última análise, de demonstração de pobreza de espírito. Por esse motivo, deve ser execrada a todo preço.

As raízes dessa estigmatização, supomos, podem ser localizadas no nascedouro do pensamento ocidental. Isso porque a concepção de referenciação entende que a categorização, ou representação, deve ser orientada pela *adequatio intellectus rei*, i.e., adequação do intelecto à coisa. A referenciação ideal é aquela em que cada fenômeno recebe uma designação específica, compondo um ajuste perfeito entre as palavras e as coisas. Por esse prisma, a assim chamada precisão vocabular não pode restringir-se a generalidades ou alusões

vagas, difusas, confusas. A repetição lexical provocaria exatamente a impressão de imprecisão. Conquanto seja impraticável a adequação plena, isto é, uma categorização que sempre gere a impressão de absoluta adequação entre a percepção e o fenômeno representado, a expectativa do receptor de um dado ato de língua em relação à função referencial (ideacional ou representacional) é que essa correspondência adequada possa ser efetiva. Em termos textuais, a tessitura de um texto deve ser marcada por um grau elevado de explicitude, o que se materializa por meio de uma gerência destra, hábil e, se possível, lável, do emprego preciso das palavras.

Do ponto de vista semiótico, isto é, do entendimento fundamental do funcionamento do processo semiótico em que *aliquid est pro aliquo*, a repetição não parece própria. Apenas não parece<sup>1</sup>. Não parece próprio porque a sentença fundamental da semiose – *aliquid est pro aliquo* – em que um signo responde a si mesmo ao recorrer a outro parece expressar que um signo somente pode ser reconhecido em sua identidade ao afirmar a sua diferença. A identidade de sua representação se manifesta na medida em que se espelha no contraste, ainda que sinonímico, com outros signos. A explicação, o desdobramento sígnico, depende dessa alteração do mesmo. Nesse sentido, o redobramento pareceria, do ponto de vista da representação estritamente lógica, uma mesmice dispensável por causa de uma carência de informação nova. Costuma-se chamar essa obviedade construída pela mesmice lingüística ou semântica de repetição ou tautologia. A respeito da tautologia, observe-se o que diz ABBAGNANO (2000):

Na terminologia filosófica tradicional, tautologia significa genericamente um discurso (em especial, uma definição) vicioso porquanto inútil, visto repetir na consequência, no predicado ou no *definiens* o con-

---

<sup>1</sup> Na linguagem da propaganda é comum a repetição de um termo em sentenças copulativas com o verbo ser. Por exemplo, a propaganda de uma casa de produtos automobilísticos *Um pneu é um pneu*. Nesses casos não se diz apenas a mesma coisa, mas se empresta ao produto sob apreço uma propriedade específica que o qualificaria como positivamente diferente dos vendidos em outras casas. Importa dizer algo diferente, por supor-se ter o produto modelar. A mesmice equacionada não é uma equalização qualquer, é uma forma de destacar uma propriedade do referente, ainda que se coloque a mesma forma de designação na posição própria de uma atribuição. Não é, portanto, uma referência da referência, mas uma atribuição da referência por meio da mesma designação. É, na verdade, uma denotação seguida de uma designação, conquanto o signo verbal seja exatamente o mesmo do ponto de vista formal no sentido a ser exposto a seguir.

ceito já contido no primeiro membro: ‘M de la Palisse, quinze minutos antes de morrer, ainda estava vivo’”. (2000:939)

A aversão à repetição, uma tautologia localizada no âmbito lexical ou frásico, tem seu nascedouro no julgamento negativo da mesmice conceptual ou referencial. Naturalmente, não há previsão teórica que enquadre a tautologia em situações comunicativas específicas. Não se levava em consideração que a obviedade informacional pode atender outras funções que não a estritamente representacional<sup>2</sup>.

Do ponto de vista filosófico, pode-se falar ainda da repetição em sentido geral. A repetição, filosoficamente, pode se consubstanciar ética e esteticamente. Esteticamente, segundo KIERKEGAARD (apud ABBAGNANO, 2000:853) clama-se pela renovação, pela mutação constante. Eticamente, ao contrário, reclama-se a permanência, a continuidade. *Mutatis mutandis*, ao se analisar um texto<sup>3</sup>, poder-se-ia enxergar nos analistas de texto a louvação de uma maestria estética de transfigurar, de inovar por meio da repetição apenas entre utentes específicos da língua – os escritores. A repetição, para ser admitida, assume o estatuto de um recurso cujo usuário é portador de uma destreza ímpar, de uma atribuição privativa de eleitos. Trata-se de uma *oligografia*, ou seja, de um expediente de expressividade facultado para poucos. Poder-se-ia falar ainda de uma *aristografia*, isto é, um recurso possível apenas para os considerados melhores. Essa eleição se reserva apenas para os escritores maduros ou, mais especificamente, para literatos experientes. Não basta, em verdade, ser escritor para ser um usuário hábil da repetição. É mister ser um douto escritor, um artífice privilegiado no trato com a palavra. Os escritores, ao repetirem, usam da palavra a serviço de uma ex-

---

<sup>2</sup> Por exemplo, declarações óbvias em cumprimentos se prestam a manter contato, ou seja, atendem a uma função fática. Não se pode, por esse motivo, esperar que todo ato de fala tenha sempre um propósito exclusivo de representar estados de coisas.

<sup>3</sup> Tradicionalmente os textos legados à posteridade e dignos de análise textual eram os literários. Assim, não há como se desconsiderar o juízo estético acerca da repetição da análise literária, pelo simples fato de que apenas os textos literários, em que se supunha haver maior refinamento estético, eram considerados dignos de análise textual. É bem verdade que os textos filosóficos também deviam se submeter aos mesmos imperativos redacionais, mas entre eles a concessão estilística ao uso da repetição não era admitida. Entre os textos religiosos, interessava e cabia, não de forma categórica, o preceito de Agostinho: *melius est gramatici nos reprehendant quam non intelligent populi*. Nos textos bíblicos abundavam, com efeito, repetições lexicais, mas não eram avaliados da mesma forma em razão de seus propósitos catequéticos.

pressividade singular. Não há, portanto, para esses egrégios usuários, a mesmice condenável. Não se trata da construção de obviedade semântica, mas de manejo consciente a fim de produzir um *plus* expressivo. De qualquer forma, de uma maneira geral, a avaliação da repetição esteticamente como uma insuficiência ainda hoje tem muita repercussão:

Kierkegaard valeu-se desse conceito sobretudo pra descrever a natureza da vida ética: à diferença da vida estética, que procura evitar a repetição, buscando novidades a todo instante (sendo por isso simbolizada por Don Juan), a vida ética baseia-se na continuidade, na escolha repetida que o indivíduo faz de si pelo matrimônio. (2000:853).

ECO (1998:337), observando a tradição filosófica, ao tratar da referenciação, distingue a esse respeito os conceitos de *denotatio* e *designatio*. O primeiro se reporta a uma referência genérica, marca noções hiperonímicas. O segundo se refere a uma referência específica, assinala noções hiponímicas. De qualquer forma, para referir, a heteronímia deve prevalecer, a fim de que se aprovisione um texto com a precisão referencial que o torna um bom texto. Novamente identificamos que a requisição de um apontamento preciso do signo verbal, intensional ou extensionalmente, encontra guarida na tradição do pensamento da nossa civilização. Ora, se a referência e a referenciação se supõem precisas, elas não podem ser tautológicas, ou seja, elas não podem ser circulares. A fim de apreender com a devida precisão, é necessário recorrer a outros signos verbais. O recurso à repetição, por esse motivo, não é encarado como o expediente básico ou necessário da representação. Noutros termos, supõe-se que, para referir, não se possa, de forma preponderante, repetir, mas glosar ou parafrasear por meio de designações ou denotações<sup>4</sup>. A precisa referência não se compatibiliza com a repetição, dado que representaria uma redundância descartável.

Para concluir essa seção introdutória, convém assinalar que há aspectos culturais responsáveis pela reprovação em geral da repetição. Em culturas em que vige um apreço excessivo pela eloquência ou pela loquacidade cultista, em que se gera admiração por empregar um uso abundante de palavras, preferencialmente as de circulação

---

<sup>4</sup> É claro que o problema da denotação e designação é bem mais complexo, mas seu aprofundamento não interessa para a nossa discussão.

mínima, a repetição, lexical ou frástica, não pode ser valorada positivamente.

O consentimento para com os escritores implica uma admisão parcial da validade expressiva da repetição, mas não o seu reconhecimento como propriedade imanente à constituição textual e, por conseguinte, referencial. Essas considerações iniciais servem para compreender a suspeição ou desconfiança ainda existentes com relação à repetição, em especial a lexical.

## 2. A petição de repetição

A repetição, parece-nos, é um problema de identificação na superfície lingüística do modo de tematizar. Noutros termos, trata-se de um problema de codificação ou encapsulamento lingüístico. No entanto, a tematização não se materializa, no uso da língua, apenas por meio da codificação morfolexical e sintático-semântica. A tematização está subordinada a condicionantes pragmáticos, que envolvem o domínio do usuário do tipo de gênero de texto, consoante a situação comunicativa em que se encontra. Não se podem ignorar ainda os aspectos relativos ao auto-conhecimento que o usuário detém, e a avaliação que faz dos outros indivíduos com os quais se relaciona socialmente. Por outras palavras, o entendimento que um dado usuário possui de seu papel e do papel de seus semelhantes em sua vida de relação e na sociedade em que vive define escolhas lingüísticas em nível estrutural e textual.

No âmbito pragmático e não apenas no âmbito estrutural se manifesta a repetição.

Nós lidamos com repetições não meramente discursivas, mas situacionais. Noutros termos, a repetição, em sentido lato, não é uma exceção, mas a regra. Nossos hábitos não são nada mais do que cristalizações comportamentais. Naturalmente, a rigidez maior ou menor desses hábitos dependerá de condicionamento individual, isto é, de uma maior ou menor sujeição de um dado indivíduo a reproduzir atitudes. Assim, a nossa própria compreensão psicocomportamental própria e alheia se assenta em identidades e diferen-

ças definidas por repetições, por recorrências. Nesse caso, a repetição, isto é, em termos atitudinais, conforme vimos, é avaliada positivamente por nossa cultura. A continuidade e permanência de comportamentos são tidas como marcas louváveis. Ao contrário da ruptura com rotinas e da incapacidade de ajuste a procedimentos padronizados. O condicionamento a automatismos e a regularidade comportamental provocam impressão positiva em termos gerais. Essas observações servem para frisar a necessidade de um enquadramento pragmático e não meramente estrutural de compreensão da função da repetição.

No entanto, para efeito de aprofundamento teórico e metodológico, há necessidade de uma delimitação do âmbito de ocorrência da repetição. Essa delimitação é crucial, porque, em nível lingüístico, a repetição pode incidir até mesmo em nível intralexical, tal como nos ensina Elia<sup>5</sup>. Ou ainda em nível fonético, o que sucede com as assonâncias e aliterações. E poderíamos registrar igualmente a versificação isossilábica, uma metrificação poética em que se repete a mesma quantidade de sílabas poéticas (característica da poesia parnasiana ou do cordel). Nesse último caso temos uma repetição fonética, porque marca o ritmo e léxico-frasal, porque se distribui por meio de palavras ao longo dos versos.

Esses são, em verdade, os principais problemas do tratamento da repetição em geral: a ausência de uma distinção de diferentes tipos de repetição e o não enquadramento do emprego dos diferentes tipos de repetição em distintas situações de uso.

Nesta seção, vamos procurar resolver o problema no nível lexical, que costuma ser identificado com o próprio fenômeno da repetição lingüística.

Do ponto de vista lexical, o problema não costuma ser bem resolvido. Condena-se a repetição, mas praticamente não há texto que não apresente repetições exatamente para garantir a monotemati-

---

<sup>5</sup> Os prefixos re- (em recomeçar, recompor, reaver), per- (em percorrer, perdurar, perorar) es- (em esbombardear, escoicear, espernear) e os sufixos -ejar (em apedrejar, forcejar, esbravejar), -ear (em pentear, folhear, planejar), -ar (em abrilhantar, aviventar, emagrentar) e -itar (em saltitar, dormir). Todos os afixos estão relacionados na gramática de Ali, exceto os do prefixo per- e -itar, citados por nós.

cidade ou a ipsidade de um dado tema. A costura ou urdidura de um assunto se perfaz por meio de repetições. Repetições que, a rigor, são ilusórias porque não se pode afirmar categoricamente que o simples re-emprego de um dado item lexical assinale a mesma referência ou a mesma predicação. Noutras palavras, a recategorização pode se dar exatamente na medida em que se repete, podendo produzir, ao contrário do que se postula a respeito da repetição, um teor informacional mais elevado. Naturalmente, essa recategorização com o re-emprego do mesmo item lexical pode marcar uma significação adicional, capaz de carrear maior informatividade a depender do gênero textual sob apreço. Por outras palavras, repetições do mesmo item lexical podem portar maior ou menor informatividade a depender do gênero de texto. Em razão disso, o gênero de texto é um fator fundamental para a verificação da presença de maior ou menor informatividade no emprego da repetição do mesmo item lexical.

ANTUNES (1995), ao tratar da repetição, declara que ela serve como sustentáculo lingüístico para a veiculação da informação:

Nessa perspectiva, vejo a repetição como uma das operações de textualização, i.e., como uma das formas de proceder-se à composição do aparato lingüístico capaz de promover aquele intercâmbio da informação. Resulta, portanto, da atribuição de intenções discursivas e de decisões intencionalmente dos sujeitos da interação. (1995:1199)

Acresce ainda a autora:

Desta forma, a repetição lexical cumpre uma função textual decorrente não apenas do conteúdo lexical das unidades repetidas, mas, de forma suplementar, cumpre uma função decorrente da própria operação discursiva de repetir, de reutilizar elementos formais já presentes ao texto. Por outras palavras, a repetição de unidades lexicais cumpre não apenas uma função proposicional, na dimensão daquilo que se pretende ‘dizer’ pelo texto. Acumula também, e de maneira significativa, a função de estabelecer os pontos de relação que o processamento da informação textual requer. Destaca-se, portanto, como um tipo de ‘instrução’ para o cálculo do sentido parcial e/ou global do texto – ou para o controle da interpretação do texto como um todo coerente. **Vincula-se, assim, à própria atividade do sujeito enunciator de compor, de organizar a seqüência de seu texto.** (grifo nosso)

Apreende-se das palavras de ANTUNES (1995) que a repetição é uma característica inalienável de todo texto. Noutros termos a repetição tem uma função estrutural de composição textual. Essa atribuição ou propriedade da repetição lexical não é destacada ou se-

quer mencionada pela maioria dos manuais de redação e pelas gramáticas. No entanto, a autora pode ter atribuído demasiada força à repetição, como se, necessariamente, todos os textos devessem recorrer a ela.

ANTUNES (1995) apresenta três funções centrais da repetição lexical, a saber:

1. A função de confirmar a concentração do texto num eixo informativo, marcando pontualmente a reincidência seqüencial dos elementos convergentes e, promovendo, assim, a apreensão da unidade temática pretendida;
2. Pretensão resumitiva, ou seja, uma pretensão de se condensar em blocos maiores o fatiamento de informações. Esta pretensão resumitiva pode ser vista como uma função paralela àquela de confirmação do tópico ou dos subtópicos do texto. É ela, ainda, que converte o último parágrafo em espaço preferencial para repetições de unidades cujos matizes constam no parágrafo introdutório do texto;
3. A função de indicar a seleção prévia de um determinado elemento a partir do qual a informação progride. Nesse sentido, a repetição entra como recurso de ancoragem dos tópicos já introduzidos em direção ao desenvolvimento do texto, seja por meio das paráfrases, das reformulações, dos ajustes, das especificações, dos resumos e de outros procedimentos similares. Entra, assim, como elemento indicativo de transição que o percurso do texto vai executando e sobressai como elemento da continuidade do texto. (1995:1202)

Possivelmente porque é uma característica já bastante ressaltada pela tradição, a autora menciona ligeiramente a função de enfatizar carreada pela repetição lexical. Agrega ainda uma quinta função, a respeito da qual ela declara:

Subjacente a essas funções específicas da repetição, está o caráter de instrução relacional que se pode atribuir a essa operação textual. pela repetição, na verdade, são indicadas as diferentes inter-relações entre os vários segmentos do texto. São estas inter-relações que deixam o texto na condição de unidade hierarquicamente organizada. Neste aspecto, pode ter sentido a admissão de que a repetição de unidades lexicais pode caracterizar um discurso bem planejado, ao contrário do que propôs Ochs (1995:1204)

À guisa de conclusão, a autora declara que é um texto artificial em excesso se construído sem o concurso à repetição:

Por essas e outras motivações parece inteiramente artificial a composição de textos sem o recurso funcional da repetição lexical. E não só: parece extremamente difícil o processamento da informação, em ordem à

unidade do texto, sem que se volte à reutilização de unidades e de sequência de unidades lexicais. (1995:1205)

A sumariar as funções, podemos dizer que a repetição garante a monotematicidade de um dado texto, ou seja, exerce uma função centrípeta em termos temáticos; garante a sumarização de conteúdos expostos, cujo lugar privilegiado, em textos expositivos, é o fim de cada parágrafo (em textos em prosa); vetoriza a progressão temática, assinalando o direcionamento e/ou encaminhamento de novos sub-temas; realça o tema sob apreço em um dado texto; e, finalmente, estrutura e organiza as informações que se desenvolvem sobre um dado tema.

Em consonância com as considerações de ANTUNES (1996), WHITTAKER (s/d) declara que a repetição “*lexical contribue fortement para a coerência nos textos do uso de especialistas*”.<sup>6</sup>

Em primeiro lugar, menciona a função de condução da identidade do tema:

Pode ser então considerado como pertencente às expressões que Charolles (1995) chama as formas anafóricas especializadas no controle de riscos de ambigüidade. Ora, os atos referenciais potencialmente ambíguos parecem muito raros nesse tipo de texto. De fato, a repetição lexical sob forma de uma descrição definida simples ou de um demonstrativo é, na maior parte dos casos, suficiente para assegurar a coerência necessária para a identificação da fonte de interpretação do referente<sup>7</sup>.

Mais à frente ressalta que a repetição lexical é característica de textos especializados:

Nos exemplos que nós vimos até aqui, o dito N é uma anáfora fiel, isto é, o N da anáfora é idêntica ao nome-cabeça do antecedente. Com efeito, é o caso da grande maioria das ocorrências nesse corpus. Isso não

---

<sup>6</sup> (...)la répétion lexicale contribue fortement à la cohérence dans les textes à l’usage de spécialistes. (s/d:1).

<sup>7</sup> Il peut donc être considéré comme appartenant aux expressions que Charolles (1995) appelle les formes anaphoriques spécialisées dans le contrôle des risques d’ambigüité. Or, les actes référentiels potentiellement ambigus semblent assez rares dans ce type de text. De fait, la répétition lexicale sous forme d’une description définie simple ou d’une démonstrative est, dans la plupart des cas, suffisant pour assurer la cohérence nécessaire pour l’identification de la source d’interprétation du référent. P.3

é nada surpreendente, a repetição lexical sendo característica de textos especializados.<sup>8</sup>

Essa informação é de extremo relevo porque mesmo ANTUNES(1996) não mencionou a necessidade de uma compreensão da repetição condicionada ao gênero de texto. Com base nesses questionamentos, cremos que a repetição, especialmente a lexical, inequivocamente, desempenha funções múltiplas para assegurar a textualidade. No entanto, não se pode desvincular o seu emprego do gênero em que aparece.

### 3. A perspectiva dos manuais de redação e gramáticas.

O principal problema dos manuais e das gramáticas é, primeiramente, tratar a repetição como um mal per se. Em segundo lugar, não se contextualiza o emprego da repetição. E, além disso, não se distingue em que níveis a repetição pode ocorrer, misturando a repetição lexical, frasal e semântica. Naturalmente, conforme teremos oportunidade de verificar, esse tratamento não é uniforme. As considerações relativas à repetição em geral variam conforme cada autor.

Contudo, provavelmente em razão da revisão feita com relação ao papel da repetição no âmbito de qualquer texto, os manuais e as gramáticas já não são tão peremptórios ao expor a respeito da repetição. Há autores que consideram a repetição uma característica constituinte de textos, mas não deixam de atribuir ao seu uso um possível problema formal de estilo. Assim, admitem que se faça uso da repetição, mas não definem em que medida. De uma maneira geral, há uma restrição a recomendações genéricas sem instruções mais claras sobre a propriedade ou impropriedade do uso da repetição.

---

<sup>8</sup> Dans les exemples que nous avons regardés jusqu'ici, *ledit N* est une anaphore fidèle, c'est-à-dire que le N de l'anaphore est identique au nom-tête de l'antécédent. En effet, c'est le cas dans la très grande majorité des occurrences dans ce corpus. Cela n'a rien de surprenant, la répétition lexicale étant caractéristique des textes spécialisés. (p.4)

Prova de que manuais e gramáticas têm alterado sua avaliação sobre a função textual da repetição são as palavras de CARNEIRO (2001):

Podemos dizer que um texto se articula fundamentalmente no equívoco desse duplo processo: o da repetição, que dá coesão, e o da novidade, que traz progresso. Se um texto só apresentasse repetições, seria redundante; se só apresentasse novidades, seria incoerente. (2001:127)

O reconhecimento da inalienabilidade da repetição não se dá, todavia, de forma irrestrita, porque há a concomitante perpetuação da condenação de seu uso. O referido autor diz o seguinte a respeito da repetição:

Como vimos, um dos princípios fundamentais da coesão de um texto é a necessidade de se repetirem, em seu desenvolvimento linear, elementos anteriores. Mas, se, por um lado, as repetições são inevitáveis, por outro devem ser feitas sob determinadas condições, a fim de não tornarem o texto formalmente inadequado, deselegante, monótono. (2001:127).

A repetição é admitida, mas com ressalvas. Mas o que falta é uma especificação de uso. Sugere-se que o problema do emprego da repetição é representacional (*inadequado*) ou pragmático – reconhecimento da expectativa do leitor, da situação comunicativa em que se encontra o redator, para quem se destina seu texto (*sob determinadas condições*); estético, isto é, belo ou escoreito em conformidade com padrões não explicitados de correção ou exemplaridade textual (*elegante*); e temático, em que a curtez ou miopia ou insuficiência conceitual ou temática se atesta por meio da repetição (*monótono*). As condições sugeridas não são, no entanto, descritas. Coloca-se apenas sob medida cautelar o tratamento da repetição. Admite-se, mas não se ensina qual é o *modus usandi*.

A recomendação da repetição bem calibrada não se situa apenas no âmbito lexical. Em termos sintáticos, a repetição pode contribuir, satisfatoriamente, para a constituição de um texto semelhante, isto é, bem urdido e bem concatenado, em que as partes estão bem coordenadas entre si. Por outro lado, a repetição de estruturas sintáticas de forma considerada inadequada pode compor os textos fragmentários com orações absolutas, ou frase entrecortadas, com períodos curtos, mas isso não é um necessariamente um problema. (RIBEIRO, 2002:360).

O juízo de RIBEIRO (2002) sobre as estruturações da frase provém de GARCIA (1988), que classifica as frases em: a) de arrastão; b) entrecortada; c) de ladainha; d)labiríntica ou centopéica; e)fragmentária; f) caótica; g) parentéticas ou intercaladas. Assim, a repetição de estruturas frasais pode ser mal ou bem aceita, a depender do que tratamento que se lhe dispensar. Curiosamente, nesse caso, não há uma prescrição absoluta, em que se pré-determina o recurso independentemente de fatores pragmáticos.

Conquanto não seja mais amaldiçoada ou condenada como foi até bem recentemente, a repetição ainda é analisada com reserva. Encara-se o recurso aos mesmos termos, qualquer que seja a sua natureza morfológica, como uma insuficiência expressiva, passível de censura. A escritura bem medida e comedida passa ao largo de escorregões que se valham de repetições. Essa condenação, no entanto, não apresenta limites claros, bem demarcados. O juízo a respeito da justeza ou acerto do emprego de repetições provém da avaliação do crítico, o qual pode se estribar em observações isoladas e aleatórias da produção textual alheia ou no conjunto da produção de um dado escritor profissional. Observe-se o que diz o MARTINS (1997), autor do manual da folha:

Não transforme em preocupação obsessiva o receio de repetir palavras na mesma frase ou muito próximas entre si. Se você já usou hospital e estabelecimento, por exemplo, recorra novamente a um deles, caso o texto exija, e nunca a “nosocômio”. Atente, no entanto, para uma série de verbos ou partículas cujo **emprego abusivo** (grifo nosso), chega, por vezes, a comprometer a matéria (1997:253).

Postando-se em uma posição superior, o corretor recomenda, de forma concessiva, cautela. Na verdade se está falando de uma protoescritura – uma escritura descarnada de situações comunicativas concretas – cujos contornos não se conhece (nem se poderia dada a sua natureza abstrata), porque o instrutor não define parâmetros com base em noções de gênero. De qualquer forma, primeiramente, MARTINS (1997) procura tranqüilizar o aprendiz que busca orientações seguras a respeito da escritura jornalística. Em seguida, ainda que não condene taxativamente a repetição, relaciona casos em que não são bem-vindas as repetições (emprego do **que**, do verbo **ser**, etc). Mas o autor se contenta com a mera ilustração. Não explicita porque o emprego recursivo do **que** no seguinte trecho é condenável,

conquanto admita que o que assume diversas funções diferentes numa frase:

Smith é o líder da organização PTL, *que* tem 500 mil seguidores *que*, religiosamente, contribuem com 15 dólares todos os meses, o *que* dá uma renda mensal de 7,5 milhões de dólares; ele teve de admitir nos últimos dias *que* realmente teve um envolvimento sexual em 1980 com uma secretária de sua igreja e *que* foi extorquido em 11 mil dólares para *que* o escândalo não fosse revelado. (1997:253)

O mesmo termo assume, efetivamente, funções morfossintáticas e semânticas diversas no período acima. Dessa forma, por um lado, não se pode falar de repetição. A discussão, no entanto, partindo da incidência quantitativa, deveria considerar aspectos qualitativos com base na noção de gênero.

Para GARCIA (1988:272), a repetição depende do tipo de uso. Se sucede por insuficiência, é condenável. Se a ela se recorre como estratégia de incremento expressivo, é louvável, é um recurso estilístico valioso:

Se a repetição resultante de pobreza de vocabulário ou de falta de imaginação para variar a estrutura da frase **pode** (grifo nosso) ser censurável, a repetição intencional representa um dos recursos mais férteis de que dispõe a linguagem para realçar as idéias. (1988:271).

O autor é cauteloso ao modalizar a avaliação, mas não deixa dúvidas quanto à necessidade de acautelamento. Além disso, não indica de que forma se pode mensurar a repetição valorosa e a repetição condenável.

Em seguida, alude, explicitamente, à habilidade dos clássicos de usarem a repetição. Não vai, no entanto, além disso. Não comenta a respeito de uma possível e necessária presença da repetição para marcar a continuidade temática, para sumariar conteúdos expostos em blocos de subtemas, ou para controlar e organizar a distribuição do tema e de seus subtemas ao longo de um dado texto. Ou seja, não alude às funções coesivas da repetição. A repetição, portanto, não tem apenas um caráter enfático, mas suas outras funções não foram alvo de reflexão.

No entanto, ANTUNES (1996) declara que nem sempre a repetição tem um caráter coesivo. Com efeito, o fato de uma dada palavra aparecer mais de uma vez em um texto não significa que es-

teja recuperando ou retomando outras seções mencionadas ou subseqüentes do mesmo texto. A esse respeito, é possível que o emprego de formas cuja significação é muito genérica não represente coesão. À guisa de ilustração, consideremos o verbo *ser* e a palavra *forma*. O verbo, propriamente, não possui significação lexical, dado que a significação se materializa no restante da predicação. Para BORBA (1996:79), ele é um dos tipos de verbos-suporte, porque não possui significação lexical própria. Nesse sentido, a sua repetição formal, em termos estritos, não garante a coesão textual, dado que a significação lexical, a cada vez que se repete, não está contida nele, mas no restante da predicação de cujo conjunto é mera cópula para indicar tempo e modo<sup>9</sup>. O mesmo fenômeno sucede com a palavra *forma*. Se empregada com a acepção genérica de modo, maneira, não pode ser confundida com sua repetição, estritamente formal, em outros contextos, tais como *formalização*, *formal*, *formalista*, *formato*, *formatar*, *fórmica*, *informar*, *deformar*, etc. O esvaziamento semântico não permite a conexão textual, ainda que morfológica e etimologicamente haja nexos entre as formas citadas<sup>10</sup>. Essas questões, naturalmente, passam ao largo dos manuais e gramáticas que consultamos.

A censura à repetição se estende também a constituintes imediatos intralexicaais. RIBEIRO (2000:75) ao falar sobre “*efeitos desagradáveis aos ouvidos*” – as cacofonias – declara haver as seguintes repetições impróprias:

1. Hiato – ocorrência de vogais sucessivas, produzindo um efeito desagradável. Vai à aula?
2. Eco – é a repetição, com pequeno intervalo, de vocábulos que possuem a mesma terminação. Ocorre principalmente com as terminações –ão, -dade, -ar, -ente, -ento, -ando, -ao, -ido. Pode-se dizer que o eco é a rima na prosa: A humanidade está cheia de perversidade, principalmente na cidade.

---

<sup>9</sup> É bem verdade que se questiona se o verbo *ser* é tão destituído de significação lexical, porque ele assinala, em línguas como o português e o espanhol, diferenças de sentido, por exemplo, em contraponto com o verbo *estar*. O verbo *ser* possui um sema de maior durabilidade, de estabilidade ontológica, ao passo que o verbo *estar*, um sema de provisoriedade, de instabilidade ontológica. Em outros sistemas linguísticos, no entanto, como no inglês ou no francês, essa diferença não se atualiza morfológicamente.

<sup>10</sup> Um aprofundamento da discussão sobre os problemas da identificação de uma repetição lexical legítima será feito na seção seguinte.

3. Colisão – é a seqüência de consoantes iguais: Se se sabe, por que duvidar?
4. Cacófato – o encontro de sílabas de dois ou mais vocábulos vai ocasionar a formação de outro de sentido inconveniente, ridículo ou desagradável: Procure-me já o livro. A boca dela é linda! (2000:75)

Esses comentários pecam pela descontextualização. Textos de letras de canções de forró, por exemplo, necessitam de junturas cujo sentido seja ambíguo. A picardia provém exatamente da possibilidade de uma interpretação de sentido plurívoco. O efeito pretendido pelo compositor de canções dessa natureza é atingido na medida em que ele se vale de junturas geradoras de duplicidade sintático-semântica<sup>11</sup>. E a repetição dessas junturas é absolutamente vital para marcar o efeito pretendido pelo gênero. Essas considerações provam que a repetição condenável não se restringe ao componente lexical ou sintático.

Mas há uma postura ambivalente, dado que o referido gramático relaciona as figuras de estilo em que a repetição é usada como expediente fundamental para a expressão singular ou diferenciada. Na seção referente às figuras de sintaxe ou construção, o autor menciona o *pleonasm*o, o *polissíndeto*, o *quiasmo*, a *epizeuxe* ou *reiteração*, a *anáfora* como tipos de repetições dignas de apreço.

Após a listagem desses tipos de repetição autorizados estilisticamente, RIBEIRO (2000) não faz nenhuma consideração que envolvesse especificamente a repetição. Noutros termos, não discute a que critérios se subordina a repetição acertada e a repetição inconveniente. Não distingue por que há uma repetição autorizada e digna de menção encomiástica e outra que merece corrigendas e emendas. Ressalte-se que os exemplos das boas repetições foram, em sua maioria, retirados de textos de autores consagrados. Os demais exemplos devem ter sido produzidos pelo próprio autor porque não há nenhuma referência bibliográfica.

O próprio RIBEIRO (2002:402) lista os seguintes conselhos para a boa redação:

---

<sup>11</sup> Prova disso é a canção *O tico mia*, em que se repete *o tico mia na sala, o tico mia na cozinha*, etc, provocando a duplicidade de sentido pretendida pela canção.

1. Deve-se evitar o emprego excessivo do quê (subordinação enfadonha);
2. Repetição desnecessária de palavras: devemos empenhar-nos para o evitar o excesso de palavras.
3. Planejamento.
4. Clareza: Cumpre que as nossas frases sejam facilmente compreendidas e alcancem o máximo de expressividade com o mínimo dispêndio verbal. (2002:403).

Bem, o texto assume um tom deôntico, na medida em que ordena ou aconselha expressamente que procedimentos devem ser adotados e quais devem ser evitados para a construção de um texto bem redigido. Não se esclarece, todavia, salvo no item 1, que palavras não devem ser excessivamente repetidas nem em que gênero de texto<sup>12</sup>. A repetição, conforme discutimos, é um recurso muito comum para a produção de determinados efeitos expressivos. O autor, ao desconsiderar esses fatores relativos às condições de produção, abstrai a repetição de seus contextos de uso. Nesse sentido, ele a condena independentemente do modo e do contexto como vai ser explorada. A recentidade da gramática serve para ilustrar quão vigorosa é a percepção de que a repetição é uma deficiência ou insuficiência, na melhor das hipóteses, redacional.

GRANATIC (1997:204) é uma autora que não estigmatiza a repetição. Porém não a define. Apresenta simplesmente um exemplo de repetição, que se realiza no âmbito temático, não formal. A esse respeito, ela afirma:

O recurso de criatividade a ser estudado neste capítulo denomina-se 'o discurso político e a repetição'. Propõe-se a criar um texto dissertativo que se organiza em torno da **repetição de uma idéia** (grifo nosso). Essa idéia pode aparecer no texto em frases declarativas, referências, apelos ou qualquer outro tipo de enunciado que registre o conteúdo repetido. Entre uma repetição e outra, o orador argumentará, manifestará suas impressões e revelará suas esperanças, construindo, portanto, um texto dissertativo. (1997:204)

Esse comentário, em que pese não haver uma teorização mais criteriosa, é bastante positivo, porque não condena a repetição.

---

<sup>12</sup> Leve-se em consideração ainda o fato de o autor estar se atendo a uma forma muito específica, o que depõe contra sua metodologia, em razão da carência de critérios mais genéricos para definir o que pode ou não pode e em que circunstâncias ser repetido.

Ao contrário, demonstra quão expressiva ela pode ser em determinados gêneros discursivos. A autora, em seguida, cita o discurso proferido pelo ex-presidente norte-americano Kennedy, em Berlim, em um momento crítico da Guerra Fria, em junho de 1963<sup>13</sup>. Esse enquadramento não foi, infelizmente, encontrado em nenhum outro manual consultado.

Essa forma suspiciosa de encarar a repetição perdura. Por outras palavras, manuais recentemente publicados ainda orientam o uso moderado ou a exclusão da repetição para a produção textual discente. Mesmo lingüistas consagrados recomendam o uso cauteloso. FIORIN (2003:373), ao tratar dos mecanismos de constituição textual, dedica as seguintes palavras à repetição lexical:

É preciso manejar **com muito cuidado** (grifo nosso) a repetição de termos lexicais, pois, se ela não estiver a serviço da criação de um efeito de sentido de intensificação, por exemplo, é considerada uma falha de estilo. À repetição de palavras, **prefere-se** (grifo nosso) sempre sua retomada por sinônimos, hiperônimos e hipônimos. **Muitas vezes** (grifo nosso), a repetição produz belos efeitos de sentido, como nesta estrofe de Luís de Camões(...) (2003:373)

O autor modaliza a sua posição ao referir-se ao tratamento da repetição com expressões como as grifadas acima. No entanto, não condiciona a análise da repetição ao gênero de texto, ainda que não a condene sumariamente. Nem tampouco descreve exatamente de que tipo de repetição esteja falando. Ao citar o poema camoniano, pode-se ter a impressão que a repetição incide no âmbito lexical, sintático e semântico. Naturalmente há interconexões inextricáveis entre esses componentes, e a repetição lexical repercute sintática e semanticamente. Mas há repetições, conforme mencionamos acima, que têm características específicas em cada componente da língua. Nesse sentido, o comentário apresenta insuficiências teóricas.

TAVARES (1984:329) cita vinte e dois casos de repetição. Por se tratar de exemplos extraídos de literatos, pode-se supor de antemão que são formas exemplares de repetição. A literatura e a teorização a seu respeito constituíram propriamente a *oligografia* – escrita de eleitos – e a *aristografia* – escrita dos doutos, isto é, modelos

---

<sup>13</sup> Esses discursos, conquanto sejam elocutidos, são produzidos primeiramente por escrito. Nesse sentido, não estamos tratando da repetição na modalidade oral, porque um evento desse tipo não caracteriza a fala prototípica.

de produção textual escrita estreitamente vinculados à produção literária. Por outro lado, não necessariamente acessíveis a todo e qualquer usuário da língua, dado que antes é preciso se apropriar dos modelos literários de produção textual. É bem verdade que esses modelos hoje não mais reinam absolutos. A literatura não é mais considerada, (se é que o foi inteiramente um dia), como o único e o melhor modelo de produção textual. Entre esses casos, nem todos dizem respeito à repetição lexical, mas frasal. A repetição desses expedientes pode ocorrer no nível lexical ou frasal, portanto.

Vamos a seguir mostrar o quadro dos tipos de repetições e a componente da língua em que ele pode se manifestar. Quando as repetições se limitarem à componente lexical – o que ocorre na imensa maioria dos casos – iremos especificar a classe de palavras em que as repetições incidem. Essa especificação interessa para mostrar que a repetição lexicalmente autorizada pode ocorrer em inúmeras classes de palavras.

Tipo – classificação	Conceito	Componente da língua
1. Anadiplose	Emprego da mesma palavra ou expressão no final de uma frase ou verso e no início da seguinte ou do seguinte – prosa ou verso	Lexical porque se pode entender expressão como um tipo de sintagma nominal.
2. anáfora	Repetição da mesma palavra ou expressão no início de frases, períodos ou versos.	Lexical – classe indeterminada (doravante CI)
3. Antanáclase	Repetição de palavras homônimas ou de uma mesma palavra tomada em acepções diversas	Lexical (CI)
4. Antimetábole	Inversão, numa frase, de palavras de outra em contraste.	Lexical (CI)
5. Conversão	É o quiasmo, ou seja, a repetição simétrica, cruzando as palavras à maneira de X	Lexical (CI) e frasal.
6. Diácope	Consiste no emprego repetido de uma ou mais palavras, intercaladas por outras.	Lexical – verbal, substantival, adjetival, adverbial.
7. Epanadiplose	Repetição da mesma palavra ou frase no começo de um verso ou período e no fim do seguinte.	Lexical – substantival e adjetival
8. Epanalepse	Repetição da mesma palavra ou expressão no começo e no fim de um mesmo verso ou período.	Lexical ou frasal – substantival ou orações.
9. Epanástrofe	Repetição de um verso ou frase com as palavras na ordem inversa. É um tipo especial de conversão, na qual as palavras são repetidas literalmente em se-	Lexical (CI) e frasal

	qüência diversa.	
10. Epânodo	Desagregar e repetir em separado qualquer expressão ou idéia anteriormente expressa, desenvolvendo-lhe o sentido.	Lexical (CI) ou nocional <sup>14</sup>
11. Epímone	Repetição enfática de uma mesma palavra. <sup>15</sup>	Lexical – adjetival
12. Epístrofe	Repetição da mesma palavra no final dos membros de um período ou trecho	Lexical – verbal, adjetival e substantival
13. Epizeuxe	Repetição seguida do mesmo vocábulo	Lexical – adjetival, verbal, substantival
14. Mesarquia	Palavra empregada no início de um verso ou frase repetida no meio do mesmo verso ou frase, ou ainda no meio de outro verso ou frase.	Lexical – verbal
15. Mesodiplose	Repetição de palavra no meio de versos seguidos, ou no interior do mesmo verso ou frase.	Lexical – verbal, substantival
16. Mesoteleuto	Repetição no meio e no fim ( <i>de um termo mencionado no início de um verso</i> ) grifo nosso.	Lexical – verbal, substantival
17. Palilogia	Repetição integral de uma frase ou de um verso. Figura iterativa ou de tautologia comum a certos poemas de forma fixa, como o rondó, a glosa, o rondel, etc.	Frasal
18. Pleonasmó	Palavra ou expressão redundante que, no bom sentido, aviva a elocução. a) Semântico b) Sintático	
19. Ploce	A correspondência da palavra do meio da frase com a do princípio ou a do fim de outra.	Lexical (CI)
20. Poliptoto	Emprego de uma palavra sob diversas formas ou funções gramaticais	Lexical (CI)
21. Polissíndeto	Uso reiterado de conectivos em coordenação	Lexical (CI)
22. Simploce	É a simultaneidade da anáfora e da epístrofe	Lexical – verbal, substantival, adjetival

**(continua no próximo número)**

<sup>14</sup> A especificação da repetição puramente ideológica não é aclarada. No entanto, esse tipo de repetição é estritamente necessária, do contrário, um texto não pode tratar do mesmo tema. Por isso, mencionar a repetição ideológica importa apenas para destacar que as palavras não serão usadas para provocar interpretações divergentes das que geralmente assinalam. Noutros termos, não haverá intuito de desviar-se da significação habitual dos signos verbais empregues.

<sup>15</sup> O autor não explicita, mas essa repetição enfática se dá dentro de um mesmo verso ou em versos diferentes no exemplo que cita. Além disso, o emprego adjetival tem caráter fundamentalmente atributivo, que não necessariamente permite a progressão textual por meio de recategorizações de um mesmo referente. Não realiza, portanto, exatamente, a progressão temática em sentido estrito. Provoca, no entanto, em razão da ressonância provocada pela repetição do mesmo signo verbal, um efeito reforçador, como assinala o autor. A conexão entre essa reiteração do adjetivo e o sentido geral do texto cabe ao analista ou leitor verificar.